CMAS Conselho Municipal de Assistência Social Aracaju

ATA nº. 421

Ata de Reunião ordinária do Colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, realizada em 11 de março de 2026.

Aos onze dias de março de 2026, por volta das 8h52, reuniu-se o colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: Apreciação da pauta; Apreciação das Atas nº419 e 420; Escuta de representante da SEMFAS e da Polícia Municipal sobre a ação contra pessoas em situação de rua no centro de Aracaju; Fórum de Eleição da Sociedade Civil, gestão 2026/2028; Apreciação do QDD do FMAS; Apreciação do Demonstrativo do cofinanciamento estadual; Comissões permanentes de trabalho – pautas e informes das comissões; Apreciação do cronograma de visitas para 2026; Apresentação do relatório de atividades do CMAS 2025; Apreciação de Processos Institucionais; Distribuição de Processos Institucionais; Informes; O que Ocorrer. Estavam presentes os/as conselheiros/as: Cristiane de Oliveira Ferreira – Titular, Kaio Luan Dantas Campos – Titular e Vanessa Barreto Vasconcelos Barreto Santana - suplente (Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMAS), Alaine Vieira dos Santos – Suplente (Secretária Municipal de Educação – SEMED), Iêda dos Santos Araújo - Titular (Secretaria Municipal de Saúde – SMS), Jacson Faria Rodrigues – titular (Procuradoria Geral do Município – PGM),

Evaneide Barroso do Nascimento – titular (Associação a Chave do Futuro), Maria Elizabete Azevedo dos Santos – suplente (Centro de Integração Raio de Sol – CIRAS), Adilma Gomes Santos – Titular (Associação Comunitária Senhor do Bonfim), Thaís Alves Vieira – suplente (Centro de Integração da Família – CEINFA), Mylena da Silva – Titular (Instituto Pedagógico de Apoio á Educação do Surdo de Sergipe – IPAESE), Eleuza Santana Barreto - Suplente (Casa Maternal Amelia Leite), Daiana Oliveira Azevedo – suplente (Conselho Regional de Psicologia – CRP), Deise Araújo Valadares – Titular (Sindicato dos Psicólogos de Sergipe – SINPSI), Liliana Aragão de Araújo – Titular (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/SE), Ingridy Waleska de Jesus Leite Silva – suplente (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracaju – APAE), José Paulo Barros dos Santos – titular (Ocupação Quirino) e Maria José Nunes dos Santos – Suplente (Instituto O Semeador e a Semente). Justificaram a ausência: Maria Conceição dos Santos Andrade – suplente (Fundação Municipal de Formação para o trabalho – FUNDAT), Patrícia Santos Carvaçho Silva – suplente (Associação Mulheres de Peito), Ana Lúcia Nascimento Calazans – titular (Conselho Comunitário de Segurança Pública do Estado de Sergipe – FECONSEG) e Clara Angélica da Conceição Santos (Instituto Social Agatha). Estavam presentes: Tatiana Macedo Lima (CRAS Benjamin Alves), Luciana Dantas (CREAS Gonçalo Rollemberg), Denise Cardoso e Thais Cristina Tokue Moreira (CREAS Viver Legal), Miraci dos Santos Lemos (SEMFAS/CPSE), Adriana Ercília Rocha (APABB), Nadja Melo Silva (Shalom), Lourdes Regina Caldas Santos (Instituto e Creche Menino Jesus), José Vilxer da S. Santos e Edinildo de Oliveira Rodrigues (Polícia Municipal de Aracaju). A presidente do conselho dá início à reunião saudando os presentes e comunicando à leitura da pauta, a qual foi aprovada com a retirada dos Pontos: Apreciação do cronogram de visitas paara 2026; Apresentação do relatório de atividades do CMAS e distribuição de processos institucionais, inclusão de apreciação das emendas parlamentares no que ocorrer, bem como a inversão de ordem entre informes e o que ocorrer. Em momento posterior, a presidente consultou os membros do conselho se havia algum ponto a ser discutido em relação às referidas ata de nº 419 e 420, não havendo as atas foram aprovadas. Em continuidade, a presidente convocou a representante da

Secretaria Municipal de Assistência Social e o da Polícia Municipal para se manifestarem a respeito da ação em relação às pessoas em situação de rua no centro de Aracaju. A presidente fez uma breve exposição sobre a denúncia recebida por este conselho a respeito da situação em tela. Posteriormente, a Coordenadora da Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social, a senhora Miraci Lemos, relatou como ocorreu todo o processo da ação realizada em 05 de fevereiro no centro da capital. Conforme Miraci, as pessoas que ali estavam já estavam sendo acompanhadas pela equipe de abordagem da Secretaria Municipal de Assistência Social, e esta havia planejado a referida ação. A Secretaria Municipal de Assistência Social, juntamente com a Polícia Municipal e as equipes da EMSURB, deslocaram-se até o local e ofereceram aos usuários presentes vagas nos serviços de acolhimento, além de fornecer orientações sobre os serviços prestados pelo Centro Pop. Alguns dos usuários já haviam recebido auxílio moradia, três eram beneficiários do BPC e dois foram encaminhados pela equipe de abordagem para inclusão no Cadastro Único. No momento da ação, a equipe da EMSURB trabalhou na higienização do prédio, ação essa que, segundo relatos, foi autorizada pelos usuários presentes. A limpeza foi realizada e alguns materiais foram descartados pelos próprios usuários. O representante da Polícia Municipal, o senhor Edinildo Rodrigues, mencionou que a polícia atua em colaboração com a Secretaria Municipal de Assistência Social, seguindo e respeitando a legislação, e que em nenhum momento houve uso de força por parte dos policiais, estando estes presentes apenas para assegurar a tranquilidade na abordagem. De acordo com ele, em janeiro de 2025, comerciantes e moradores locais haviam feito algumas reclamações devido à falta de higiene do local ocupado. Entre setembro e dezembro de 2025, a equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social realizou o diagnóstico e acompanhamento dos usuários. Assim, todas as ações são premeditadas e contam com a participação de policiais capacitados para o atendimento às pessoas em situação de rua, obedecendo à legislação e garantindo um tratamento humanizado a todos. Durante as falas dos representantes, diversas questões foram levantadas pelo colegiado, especialmente sobre a forma como essas abordagens normalmente ocorrem e sobre a postura do

subinspetor da polícia ao responder as demandas, visto que, em algumas ocasiões, questionou o papel e a competência do conselho, além de ter sido rude com as intervenções dos conselheiros presentes. O conselheiro José Paulo destacou que, segundo dados do Censo de População em Situação de Rua, Aracaju possui mais de 600 pessoas nessa condição e que as vagas oferecidas nos equipamentos de acolhimento não são suficientes para suprir a demanda. Ele também mencionou sobre a emenda parlamentar já aprovada para a construção do prédio do Centro Pop. O Conselheiro Kaio Campos informou que a Secretaria Municipal de Assistência Social já firmou contrato com a empresa responsável pela construção e está aguardando apenas a assinatura da ordem de serviço, reforçando que o Centro Pop não é um local de acolhimento, mas sim faz parte da rede de proteção social de média complexidade. A presidente fez algumas indagações em relação à presença da polícia municipal nas abordagens promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social; quem está responsável pela capacitação oferecida aos policiais municipais; e sugeriu a estruturação dos espaços ocupados pela população em situação de rua. A conselheira Daiana Azevedo expressou preocupação com a presença da polícia durante as abordagens e também nas áreas internas dos equipamentos públicos de assistência, conforme relatado na última reunião ordinária. Encerrando as discussões, o subinspetor respondeu aos questionamentos dos conselheiros e questionou a veracidade das declarações dos representantes do controle social, atitude essa considerada grave e inadmissível. Prosseguindo, a presidente falou sobre a reunião da comissão organizadora do fórum de eleição da sociedade civil. A comissão deliberou acerca da possibilidade de recondução ou reeleição dos conselheiros que compõem a primeira gestão, bem como acerca da viabilidade de os representantes dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ainda que já tenham sido reconduzidos, concorrerem novamente, dada a escassez de representatividade dos trabalhadores do SUAS em Aracaju. A secretaria executiva, por sua vez, apresentou o cronograma do mencionado fórum, detalhando os prazos de cada fase do procedimento. Na sequência, a presidente submeteu os pontos em apreço à deliberação dos presentes. Decidiu-se, por unanimidade, pela possibilidade de recondução dos

conselheiros que manifestarem interesse, desde que estejam presentes no dia do evento e de que as entidades representativas dos trabalhadores do SUAS possam concorrer, mesmo que já tenham sido reconduzidas anteriormente. No ponto "Apreciação do QDD do FMAS 2026" a vice-presidente Cristiane Ferreira inicia a explanação do orçamento de maneira bem objetiva, faz a leitura das planilhas do QDD 2026, ao tempo em que acrescenta alguma informação ou esclarece os questionamentos da plenária. Então, comunica que o valor total do Orçamento é de R$ 80.159.700,00 (oitenta milhões, cento e cinquenta e nove mil e setecentos reais), que será rateado na seguinte proporção, entre os programas: 2007 – Outros programas e projetos complementares, R$ 85.000,00; 2058 – Benefícios eventuais, R$3.501.000,00; 2068 - Proteção Social Especial, R$ 12.866.000,00; 2119 – Gestão do SUAS, R$ 295.000,00; 2313 – Gestão do Bolsa Família/Cadastro único, R$ 4.338.400,00; 2550– Proteção Social Básica, R$ 5.118.300,00; 2006 – Emendas Parlamentares no SUAS, R$ 15.115.000,00; 2581 – PROCADSUAS, R$ 305.000,00 e 2583 - Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz, R$ 156.000,00. Observo que aqui está registrado apenas, o valor total final para cada ação. Colocada em apreciação a plenária referenda o Orçamento 2026 para o Fundo Municipal de Assistência Social, conforme apresentado a este CMAS, pelo órgão gestor do FMAS reafirmando que esse CMAS se contrapõe à lógica do financiamento da política de assistência social através de emendas parlamentares e destaca a disparidade de valor da destinação orçamentária via emendas, em contraste com o financiamento de outras fontes, o que subverte uma conquista histórica do financiamento público regular, seguro, baseado em um planejamento e avaliação das políticas públicas e com regramento próprio, que grante a transparência e justa distribuição dos recursos; além de comprometer a primazia da execução da Política de Assistência pelo poder público, priorizando a execução indireta e privada e a ingerência política. Passando para o item "Apreciação do Demonstrativo da Execução Físico-financeira do Estado – exercício 2025", Cristiane Ferreira explica que o Demonstrativo é constituído de planilhas que descrevem: execução de receita e despesa do cofinanciamento estadual da PSB (PSB, PSB/SCFV e PSB/PAIF) e da PSE (PSE, PSE/PAEFI,

PSE/CRIANÇA E ADOLESC, PSE PFMC – CENTRO DIA e PSE PFMC LA e PSC), IGD/SUAS e dos Benefícios Eventuais; outras que resumem a natureza das despesas (material de consumo, serviços de terceiros – pessoa jurídica e física, equipamentos e material permanente, despesas de exercícios anteriores, encargos e retenções, diárias e, transferência entre contas) com os respectivos valores, relativos a cada conta corrente, além dos extratos bancários dessas contas. Que o município deve comprovar o uso devido desses recursos, formalizando a prestação de contas através do Demonstrativo, a ser preenchido no SISCOFIN (Sistema de Cofinanciamento Estadual), após apreciação do CMAS. Ao final, o documento foi submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. Continuando, a presidente convida o conselheiro Kaio Campos, diretor de planejamento da SEMFAS para fazer a apresentação das emendas parlamentares federais de 2026. Kaio faz a apresentação do assunto, esclarecendo sobre as emendas parlamentares de GND3 (custeio) que contemplaram algumas entidades inscritas neste Conselho, a saber: Grupo de Apoio a Criança com Câncer - GACC, Associação dos Amigos da Oncologia – AMO, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracaju – APAE, Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição – SAME, Associação Beneficente Santa Terezinha do Menino Jesus – ABTJUS, Associação Bom Pastor, Oratório Festivo São João Bosco, Obra Social Itaka-Escolápios, Asociação de Pais, Amigos e Pessoas com deficiências de funcionários do Bamco do Brasil, Instituto e Creche Menino Jesus, Centro de Integração Raio de Sol, Associação de Apoio ao Adulto com Câncer do Estado de Sergipe, Externato São Francisco de Assis e a Associação Centro de Evangelização Shalom e para o Fundo Municipal de Assistência Social. Durante sua explanação ele destacou que as instituições foram indicadas pelos próprios parlamentares. A secretaria executiva comunicou ao colegiado que a instituição SAME, ao responder o CENSO SUAS, informou a vigilância socioassistencial da SEMFAS que, em 2025, não executou o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, serviço este inscrito neste CMAS, além da inscrição também como entidade que desenvolve PSE de Alta complexidade – Serviço de acolhimento institucional. Após tal informação e colocada em apreciação as emendas apresentadas, o colegiado aprovou todas as programações, condicionando

a aprovação da emenda do SAME à consulta da natureza da programação, ou seja, se o recurso for destinado apenas para execução na PSB/SCFV, a programação será indeferida por esse CMAS devido ao impedimento técnico da descontinuidade da prestação do serviço em 2025. Caso não seja voltada apenas para a PSB, a emenda será aprovada. A Diretoria de planejamento realizará essa consulta e informará ao Conselho. Nos informes a secretaria executiva informou sobre o prazo para a entrega do Relatório de Atividades de 2025 e Plano de ação para 2026 pelas entidades com inscrição no CMAS; além disso, a presidente fez menção ao Ofício nº017/2026 – SEMFAS/GABSEC - Convite destinado à participação em Grupo de Trabalho Interinstitucional – Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. A SEMFAS requereu a indicação de um representante do CMAS para integrar o mencionado GT. A presidente, Deise Araújo, manifestou seu interesse em participar, sendo sua nomeação referendada pelo pleno do colegiado. Não havendo nenhum outro assunto a ser tratado foi lavrada a presente ata que depois de aprovada será assinada pela secretária executiva e pelos demais conselheiros presentes. Aracaju, 11 de março de 2026.

Angela Vanessa Prata Barbosa Angela Vanessa Prata Barbosa
Cristiane de Oliveira Ferreira
Kaio Luan Dantas Campos
Vanessa Barreto Vasconcelos Garcez Santana Vanessa Barreto V. G. Santana
Alaine Vieira dos Santos Alaine Vieira dos Santos
Iêda dos Santos Araújo
Jacson Faria Rodrigues Jacson Faria Rodrigues
Evaneide Barroso do Nascimento Evaneide Barroso do Nascimento
Maria Elizabete Azevedo dos Santos Maria Elizabete A. dos Santos
Adilma Gomes Santos Adilma Gomes Santos
Thais Alves Vieira
Mylena da Silva Mylena da Silva
Eleuza Santana Barreto Eleuza Santana Barreto
Daiana Oliveira Azevedo Daiana Oliveira Azevedo
Deise Araújo Valadares Deise Araújo Valadares
Liliana Aragão de Araújo

Ingridy Waleska de Jesus Leite Silva

José Paulo Barros dos Santos

Maria José Nunes dos Santos